

***Ata da 3ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 06 de março de 2012.***

Presidência do Senhor Deputado Marcelo Nilo. À hora marcada, através da lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes Srs. Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cláudia Oliveira, Coronel Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gildásio Penedo Filho, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, Joacy Dourado, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Luizinho Sobral, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria Del Carmen, Maria Luiza Barradas, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo (63). Havendo número regimental, o Sr. Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão com a finalidade de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 19.702/2012, procedente do Poder Executivo, que “Altera a estrutura remuneratória dos postos e graduações da Polícia Militar do Estado da Bahia, concede reajuste nos termos do inciso X do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências” e Projeto de Lei nº 19.703/2012, procedente do Poder Executivo, que “Altera a estrutura remuneratória dos cargos, funções comissionadas e gratificadas, reajusta os vencimentos e gratificações dos cargos efetivos, cargos em comissão, funções comissionadas e gratificadas, proventos e pensões da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, na forma que indica, e dá outras providências”. Em seguida, o Sr. Presidente fez a leitura de Requerimento, assinado por mais de vinte e um Srs. Deputados, convocando uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento daquela, com a finalidade de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 19.702/2012 e o Projeto de Lei nº 19.703/2012, todos de autoria do Poder Executivo. Não houve expediente a ser comunicado. PEQUENO EXPEDIENTE – Não houve manifestação de orador. GRANDE EXPEDIENTE – Não houve manifestação de orador. No horário das Representações Partidárias não houve manifestação de orador. No horário das Lideranças Partidárias, pelo tempo destinado ao PTN/PSC/PRP, o Deputado Carlos Geilson voltou a falar sobre a situação dos policiais militares e o tratamento que estes recebem do Governo após o movimento grevista. Destacou, ainda, que o Governo após os processos eleitorais vem deixando de lado as promessas

assumidas. Por fim, disse que aguarda para ver qual será o comportamento dos eleitores nas próximas eleições de 2012 e 2014. O Sr. Presidente deferiu a Comunicação Inadiável do Deputado Targino Machado e informou que o ponto do mesmo será abonado, conforme atestado médico. Em seguida, respondendo a Questão de Ordem do Deputado Elmar Nascimento, indicou o Deputado Joseildo Ramos como relator da PEC nº 124/2011, que “Acresce o parágrafo 3º ao art. 14, da Constituição do Estado da Bahia para definir requisitos de investidura em cargo público efetivo ou comissionado”. Pelo tempo do PDT/PCdoB, o Deputado Gildásio Penedo Filho disse que a aprovação da chamada GAP vem de uma luta legítima, no entanto, algumas questões precisavam destaque, pois a PEC 300 que tramita no Congresso e tenta estabelecer um piso nacional único para a Polícia Militar acabou gerando uma expectativa aos policiais, já que foi aprovada em primeiro turno. Finalizando, disse que não existe possibilidade material real para que todos os Estados da federação possam arcar com os valores que são pagos pela União aos policiais militares do Distrito Federal. No tempo destinado ao PR/PSDB, o Deputado Elmar Nascimento disse que os discursos da Bancada do Governo são uma falácia, pois o governo do Estado gasta com publicidade, contratação de terceirizados e ONG’s e se diz sem recursos para o pagamento da GAP aos policiais. Prosseguindo, destacou que o limite prudencial previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal não foi atingido pelo Estado com as suas despesas de pessoal, portanto existe uma folga de seiscentos milhões para que se faça o pagamento da GAP. Finalizando, disse que o valor de 6,5% concedido aos servidores do Estado não pode ser chamado de aumento, pois é uma mera reposição. No tempo destinado ao DEM/PMDB, o Deputado Leur Lomanto Júnior disse que a Bancada do Governo quando é colocada em cheque vem sempre com o mesmo discurso, alegando que os problemas são decorrentes de governos anteriores, mas não foi por falta de alerta que se chegou até a greve dos policiais e o comportamento do Governo foi totalmente reprovável antes, durante e após o movimento grevista. Concluindo, disse que naquela noite estavam cobrando e defendendo os interesses dos policiais militares. O Deputado Bruno Reis falou sobre o comportamento do PT, dizendo que o mesmo jogou o “abacaxi da relatoria” para os Deputados que são neogoverno. Seguindo, disse que coube ao Deputado Gildásio Penedo, um dos mais inteligentes parlamentares daquela Casa, defender os projetos em pauta. Finalizando, salientou que o Governo da Bahia gastava de modo indevido os seus recursos e declarou que a aprovação dos projetos em pauta já teria acontecido se os mesmos fossem realmente bons para os policiais militares. ORDEM DO DIA – O PL nº 19.702/2012, procedente do Poder Executivo, que “Altera a estrutura remuneratória dos postos e graduações da Polícia Militar do Estado da Bahia, concede reajuste nos termos do inciso X do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”, foi aprovado, por unanimidade. A matéria recebeu parecer verbal, pelas comissões conjuntas, do Deputado Adolfo Menezes; foi discutida pelos Deputados: Paulo Azi, Carlos Geilson, Luciano Simões, Bruno Reis, Leur Lomanto Júnior, Sandro Régis, Coronel Gilberto Santana, Elmar Nascimento, Capitão Tadeu, Zé

Neto, Herbert Barbosa, Adolfo Viana, Augusto Castro e Tom Araújo; foi encaminhada pelos Deputados: Luciano Simões, Elmar Nascimento e Carlos Geilson. Em seguida foram votados os seguintes destaques: 1º Destaque – Emenda nº 5 rejeitada com 20 votos SIM e 39 votos NÃO; 2º Destaque – Emenda nº 7 rejeitada com 19 votos SIM e 40 votos NÃO; 3º Destaque – Emenda nº 11 rejeitada com 18 votos SIM e 41 votos NÃO; 4º Destaque – Emenda nº 12 rejeitada com 18 votos SIM, 40 votos NÃO e 1 voto de ABSTENÇÃO; 5º Destaque – Emenda nº 19 rejeitada com 18 votos SIM e 41 votos NÃO; 6º Destaque – Emenda nº 20 rejeitada com 18 votos SIM e 41 votos NÃO; 7º Destaque – Emenda nº 21 rejeitada com 19 votos SIM e 40 votos NÃO; 8º Destaque – Emenda nº 22 rejeitada com 18 votos SIM e 41 votos NÃO; 9º Destaque – Emenda nº 23 rejeitada com 18 votos SIM e 41 votos NÃO; 10º Destaque – Emenda nº 24 rejeitada com 18 votos SIM e 40 votos NÃO; 11º Destaque – Emenda nº 26 rejeitada com 18 votos SIM e 41 votos NÃO e 12º Destaque – Emenda nº 27 rejeitada com 18 votos SIM e 40 votos NÃO. O Projeto de Lei nº 19.703/2012, procedente do Poder Executivo, que “Altera a estrutura remuneratória dos cargos, funções comissionadas e gratificadas, reajusta os vencimentos e gratificações dos cargos efetivos, cargos em comissão, funções comissionadas e gratificadas, proventos e pensões da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, na forma que indica, e dá outras providências”, foi aprovado, por unanimidade,. A matéria recebeu parecer verbal, pelas comissões conjuntas, do Deputado João Bonfim; foi discutida pelo Deputado Bruno Reis. Em Questão de Ordem o Deputado Paulo Rangel agradeceu a deferência do Deputado Paulo Azi e a todos aqueles que lhes desejaram felicidades. O PL nº 19.711/2012, procedente da Mesa Diretora, que “Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo e temporário e dos proventos de aposentadoria da Assembleia Legislativa, na forma que indica”, foi aprovado, por unanimidade, em primeira discussão. A matéria recebeu parecer verbal do Deputado Sandro Régis. O Sr. Presidente convocou uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento daquela, com a finalidade de apreciar em segunda discussão o Projeto de Lei nº 19.711/2012 e o Requerimento de Urgência para o PL nº 19.734/2012, procedente da Mesa Diretora, que “Fixa os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado e dá outras providências”, e declarou encerrada a Sessão.

PRESIDENTE -

1º SECRETÁRIO -

2º SECRETÁRIO -